

EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA ROSA WEBER, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

SORAYA VIEIRA THRONICKE, brasileira, casada, Senadora da República, inscrita no CPF/MF sob o nº 608.389.651-72, portadora do RG sob o nº 542.771 SSP/MS, com endereço profissional no Senado Federal, ala Dinarte Mariz, gabinete 01, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, CEP: 70165-900, e-mail: sen.sorayathronicke@senado.leg.br, por meio de seus advogados que esta subscrevem, com procuração anexa, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal, bem como nas disposições da Lei n.º 12.016/2009, impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA
com pedido liminar

em face do ato omissivo ilegal perpetrado pelo **Sr. Presidente do Senado Federal, Senador RODRIGO PACHECO**, na condição de autoridade coatora, com endereço na Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Senado Federal, Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 24, e-mail: sen.rodriropacheco@senado.leg.br, consubstanciado na postergação injustificada do dever de processamento e consequente instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), protocolado pela Impetrante (**direito subjetivo das minorias**), para apuração dos atos antidemocráticos e terroristas praticados em 08 de janeiro de 2023, , pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

DA TEMPESTIVIDADE

1. O art. 23 da Lei nº 12.016/09 estabelece prazo decadencial de cento e vinte dias para impetração de Mandado de Segurança, com início da contagem a partir da ciência do ato impugnado.
2. Com efeito, com as assinaturas mínimas necessárias (38 Senadores), a Impetrante formalizou o pedido de constituição de CPI, ao Presidente do Senado Federal, em 08 de janeiro de 2023, de modo que até a impetração do presente *writ* decorreram apenas 39 dias, logo, tempestivo.

DA LEGITIMIDADE ATIVA E CABIMENTO

3. Nos termos dos precedentes desta Suprema Corte, por se tratar de direito subjetivo das minorias, está consolidado o entendimento quanto a legitimidade dos membros das Casas Legislativas para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados contra o devido processo legislativo constitucional e contra normas constitucionais relativas ao exercício das atribuições do Poder Legislativo, por compreender que a Constituição Federal instituiu o direito subjetivo dos congressistas de exigirem o estrito cumprimento do processo legislativo estabelecido na Constituição Federal.
4. Máxime quanto a omissão que impede a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, a jurisprudência desta Suprema Corte é clara ao assegurar o direito público subjetivo assegurado aos grupos minoritários pelo art. 58, § 3º, da Constituição, sendo pertinente destacar, entre muitos outros importantes precedentes, o MS 26.441, da lavra do Ministro Celso de Mello:

“MANDADO DE SEGURANÇA - QUESTÕES PRELIMINARES REJEITADAS - PRETENDIDA INCOGNOSCIBILIDADE DA AÇÃO MANDAMENTAL, PORQUE DE NATUREZA "INTERNA CORPORIS" O ATO IMPUGNADO - **POSSIBILIDADE DE CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS DE CARÁTER POLÍTICO, SEMPRE QUE SUSCITADA QUESTÃO DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL** - O MANDADO DE SEGURANÇA COMO PROCESSO DOCUMENTAL E A NOÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA -

CONFIGURAÇÃO, NA ESPÉCIE, DA LIQUIDEZ DOS FATOS SUBJACENTES À PRETENSÃO MANDAMENTAL - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DIREITO DE OPOSIÇÃO - PRERROGATIVA DAS MINORIAS PARLAMENTARES - EXPRESSÃO DO POSTULADO DEMOCRÁTICO - DIREITO IMPREGNADO DE ESTATURA CONSTITUCIONAL - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR E COMPOSIÇÃO DA RESPECTIVA CPI - IMPOSSIBILIDADE DE A MAIORIA PARLAMENTAR FRUSTRAR, NO ÂMBITO DE QUALQUER DAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL, O EXERCÍCIO, PELAS MINORIAS LEGISLATIVAS, DO DIREITO CONSTITUCIONAL À INVESTIGAÇÃO PARLAMENTAR (CF, ART. 58, § 3º) - MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. O ESTATUTO CONSTITUCIONAL DAS MINORIAS PARLAMENTARES: A PARTICIPAÇÃO ATIVA, NO CONGRESSO NACIONAL, DOS GRUPOS MINORITÁRIOS, A QUEM ASSISTE O DIREITO DE FISCALIZAR O EXERCÍCIO DO PODER. - Existe, no sistema político-jurídico brasileiro, um verdadeiro estatuto constitucional das minorias parlamentares, cujas prerrogativas - notadamente aquelas pertinentes ao direito de investigar - devem ser preservadas pelo Poder Judiciário, a quem incumbe proclamar o alto significado que assume, para o regime democrático, a essencialidade da proteção jurisdicional a ser dispensada ao direito de oposição, analisado na perspectiva da prática republicana das instituições parlamentares. - A norma inscrita no art. 58, § 3º, da Constituição da República destina-se a ensejar a participação ativa das minorias parlamentares no processo de investigação legislativa, sem que, para tanto, mostre-se necessária a concordância das agremiações que compõem a maioria parlamentar. - O direito de oposição, especialmente aquele reconhecido às minorias legislativas, para que não se transforme numa prerrogativa constitucional inconseqüente, há de ser aparelhado com instrumentos de atuação que viabilizem a sua prática efetiva e concreta no âmbito de cada uma das Casas do Congresso Nacional. - A maioria legislativa não pode frustrar o exercício, pelos grupos minoritários que atuam no Congresso Nacional, do direito público subjetivo que lhes é assegurado pelo art. 58, § 3º, da Constituição e que lhes confere a prerrogativa de ver efetivamente instaurada a investigação parlamentar, por período certo, sobre fato determinado. Precedentes: MS 24.847/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.. - A ofensa ao direito das minorias parlamentares constitui, em essência, um desrespeito ao direito do próprio povo, que também é representado pelos grupos minoritários que atuam nas Casas do Congresso Nacional.

[...]

- A rejeição de ato de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, ainda que por expressiva votação majoritária, proferida em sede de recurso interposto por Líder de partido

político que compõe a maioria congressual, não tem o condão de justificar a frustração do direito de investigar que a própria Constituição da República outorga às minorias que atuam nas Casas do Congresso Nacional.

(MS 26441, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 25/04/2007, DJe-237 DIVULG 17-12-2009 PUBLIC 18-12-2009 EMENT VOL-02387-03 PP-00294 RTJ VOL-00223-01 PP-00301)” (destaquei e suprimi).

5. Em síntese, cabe ao STF exercer papel contramajoritário e representativo do direito das minorias, motivo pelo qual a legitimidade *ad causam* e o acerto da via eleita encontram-se satisfeitas à saciedade, ante o precedente deste excelso pretório e a impossibilidade do manejo de *habeas corpus* ou *habeas data* conforme estabelece o art. 5º, LXIX, da Lei Maior.

DOS FATOS

6. O presente *mandamus* trata da violação ao comando estampado no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, promovido pelo Presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco, ao deixar de adotar as providências necessárias à instalação de comissão parlamentar de inquérito para investigação dos atos antidemocráticos e terroristas praticados no dia 08 de janeiro do corrente ano. Explico.

7. O comando constitucional violado (art. 58, § 3º) permite a criação de comissões parlamentares de inquérito mediante requerimento de um terço dos membros da respectiva casa (27 senadores, no presente caso), sem previsão de qualquer apreciação da maioria ou sujeição a conveniência da presidência da casa legislativa. Eis a reprodução parcial do citado dispositivo constitucional, com destaques ao que interessa neste *mandamus*:

“Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados

e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, **mediante requerimento de um terço de seus membros**, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”(destaquei e suprimi).

8. Pois bem, a Impetrante, no dia 08 de janeiro de 2023, às 19h37min, apresentou ao Presidente do Senado Federal requerimento de instalação de CPI para *“apurar a responsabilidade pelos atos antidemocráticos praticados no dia 08 de janeiro de 2023, por grupo de pessoas que invadiu e depredou os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto”*, protocolado sob o nº SF/23054.87654-43, conforme cópia anexa.

9. O aludido requerimento foi liderado pela Impetrante e subscrito por mais outros trinta e sete senadores, totalizando 38 senadores, consolidando a seguinte lista de requerentes e respectivos número de autenticação (em anexo):

- 1) Soraya Thronicke SF230548765443
- 2) Giordano SF231768164357
- 3) Eliziane Gama SF236454107473
- 4) Davi Alcolumbre SF232630683307
- 5) Paulo Paim SF238071531574
- 6) Alessandro Vieira SF231633914703
- 7) Humberto Costa SF238562057555
- 8) Marcos do Val SF230801545609
- 9) Leila Barros SF238599732457
- 10) Fabiano Contarato SF239595953939
- 11) Randolfe Rodrigues SF237741208460
- 12) Oriovisto Guimarães SF230247517078
- 13) Margareth Buzetti SF231183859751
- 14) Weverton SF237901505484
- 15) Jorge Kajuru SF232015066513
- 16) Mara Gabrilli SF237821172153
- 17) Jaques Wagner SF238134907182
- 18) Angelo Coronel SF233391058570
- 19) Styvenson Valentim SF233294004346

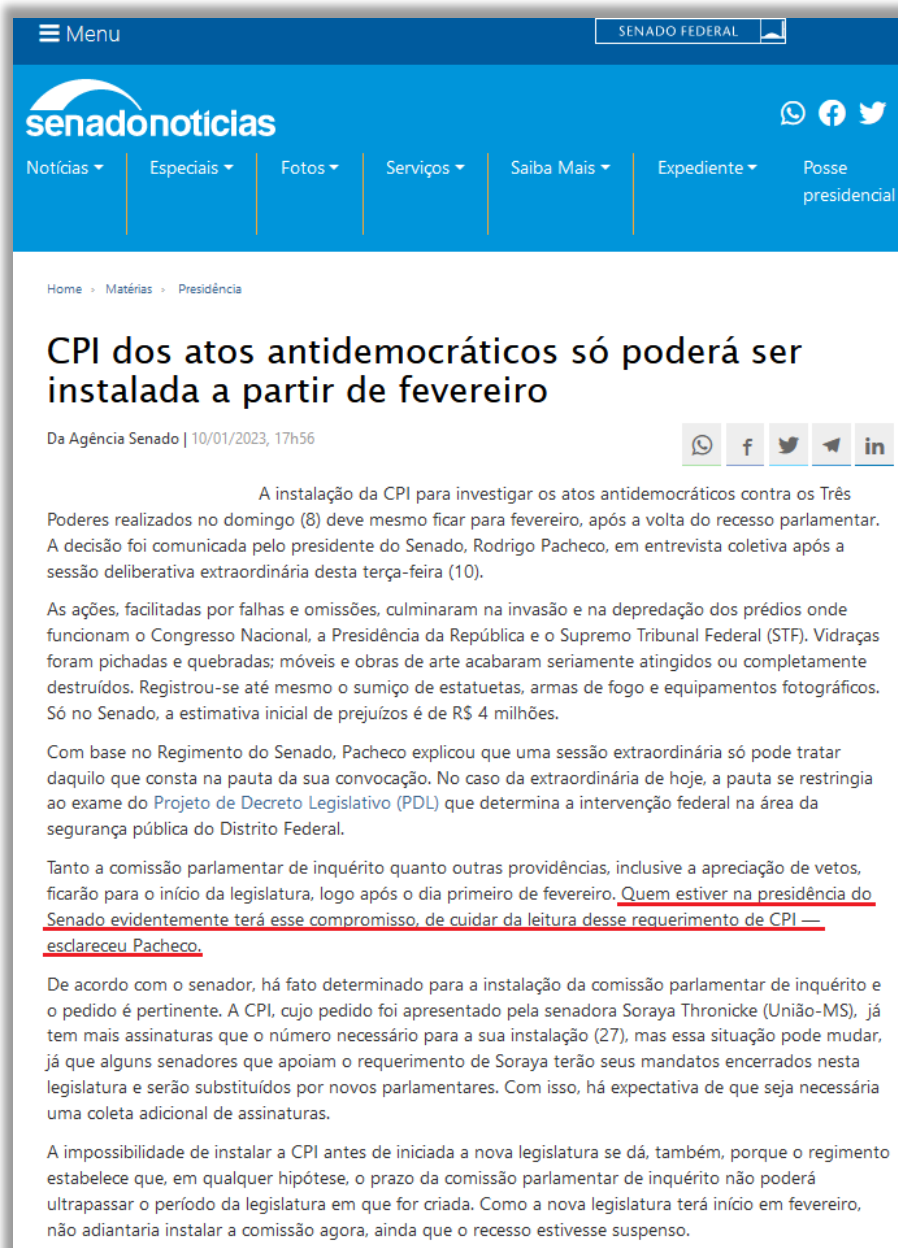
- 20) Rogério Carvalho SF234578058331
- 21) Irajá SF237951945977
- 22) Otto Alencar SF235343359105
- 23) Eduardo Braga SF235222102200
- 24) Omar Aziz SF230265264178
- 25) Veneziano Vital do Rêgo SF235861898213
- 26) Zenaide Maia SF235988200116
- 27) Marcelo Castro SF236213868092
- 28) Nelsinho Trad SF230215465433
- 29) Izalci Lucas SF235229341628
- 30) Sérgio Petecão SF238470812130
- 31) Renan Calheiros SF231559497009
- 32) Cid Gomes SF239492547592
- 33) Daniella Ribeiro SF230607120792
- 34) Esperidião Amin SF235419792056
- 35) Luis Carlos Heinze SF237780432161
- 36) Wellington Fagundes SF230785883615
- 37) Plínio Valério SF233894975631
- 38) Zequinha Marinho SF238223793939

10. Com efeito, do que se extrai do dispositivo constitucional invocado (art. 58, § 3º), a quantidade mínima de requerentes para instauração da CPI é de um terço, ou seja, 27 senadores, quantidade já superada com ampla margem. **Ocorre que, decorrido mais de trinta e nove dias, dos quais dezesseis dias após a reeleição do presidente do Senado Federal, este não deu qualquer andamento ao requerimento de instalação da CPI, sendo sequer lido até o presente momento.**

11. Portanto, é evidente que preenchidos os requisitos estampados no § 3º do art. 58 da Carta Maior, é **dever** da Presidência do Senado Federal promover a leitura do requerimento de instalação de CPI e, conseqüentemente, instaurá-la.

12. Todavia, o que se vê é a omissão do Presidente do Senado ao deixar de dar andamento ao requerimento de instalação de CPI através de sua leitura, de forma consciente e intencional, na medida em que já expressou publicamente

ao portal de notícias do próprio Senado Federal, as vésperas de sua reeleição de que “*quem estiver na presidência do Senado evidentemente terá esse compromisso, de cuidar da leitura desse requerimento de CPI*”. Eis o trecho da reportagem mencionada (íntegra em anexo):



The image is a screenshot of a news article from the website 'senadonoticias'. The page has a blue header with the logo and navigation menu. The article title is 'CPI dos atos antidemocráticos só poderá ser instalada a partir de fevereiro'. The byline is 'Da Agência Senado | 10/01/2023, 17h56'. The article text discusses the delay of a CPI installation until February, citing a decision by President Rodrigo Pacheco. It mentions the damage to the Congress and the Supreme Court, and the need for a special session to address the issue. A quote from Pacheco is highlighted in red: 'Quem estiver na presidência do Senado evidentemente terá esse compromisso, de cuidar da leitura desse requerimento de CPI — esclareceu Pacheco.' The article also notes that the CPI request has 27 signatures, but some senators' mandates are ending, which may require additional signatures. Finally, it states that installing the CPI before the new legislature starts is impossible due to the legislative term rules.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/10/cpi-dos-atos-antidemocraticos-so-podera-ser-instalada-a-partir-de-fevereiro>

13. Contudo, embora ciente de seu **dever**, a omissão do Presidente do Senado quanto a leitura do requerimento de instalação de CPI promovido pela Impetrante, evidencia sua resistência e interesse pessoal contra a instalação da CPI, tal como procedeu quando da instalação da “*CPI da Pandemia da Covid-19*”

que somente foi lido após determinação desta Suprema Corte por meio de medida cautelar deferida no MS 37760, da lavra do eminente min. Roberto Barroso, acertadamente referendada pelo Plenário da Corte.

14. Portanto, diante do preenchimento dos requisitos constitucionais estabelecidos no § 3º, do art. 58, é perceptível a violação de direito líquido e certo da Impetrante, diante da omissão injustificada do Presidente do Senado Federal ao deixar de realizar a leitura do requerimento de CPI, razão pela qual impetra-se o presente *writ* para, tal como ocorrido no MS 37760/STF, seja garantido o direito líquido e certo da Impetrante em ver lido seu requerimento e instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apuração dos atos antidemocráticos praticados no dia 08 de janeiro de 2023, nos termos do requerimento apresentado e subscrito por outros trinta e sete senadores.

DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO

15. Inicialmente, cumpre esclarecer que, do que se extrai do conjunto fático delineado acima, o que se pretende neste *mandamus* é tão somente coibir violação da regra constitucional fixada no art. 58, § 3º, mediante leitura do requerimento de CPI registrado sob o nº SF/23054.87654-43 e sua consequente instalação.

16. Ou seja, não se pretende aqui tratar de ato *interna corporis* ou interpretação de natureza hermenêutica dos dispositivos, mas tão somente seu aspecto mandamental, através do confronto do ato praticado pela autoridade coatora com as prescrições constitucionais e regimentais que estabelecem condições, forma e rito para sua efetivação, bem como precedentes desta Suprema Corte que as confirmam.

17. No presente caso o direito líquido e certo da Impetrante repousa na garantia constitucional de ver instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito requerida, através do preenchimento dos requisitos únicos estabelecidos no art. 58, § 3º da Constituição Federal, o qual permanece sendo violado diante da omissão do Presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco, que, de forma

reiterada¹, deixa de realizar a leitura do requerimento apresentado pela Impetrante.

18. Sobre este tema, forçosa a transcrição do notável ensinamento de Nelson de Souza Sampaio:

“Feito o requerimento subscrito por um terço do corpo legislativo, é dever do presidente considerar constituída a comissão de inquérito. [...] O ato do presidente da Câmara ou do Senado (bem como das Assembleias estaduais e de Câmaras de Vereadores que seguem o modelo federal) é estritamente vinculado [...] Nem por isso se pode afirmar que o presidente é um autômato, se tivermos em mente que lhe cabe verificar se o objetivo do inquérito é fato determinado dentro da competência da Câmara a que preside. Se faltar esse requisito material do inquérito, o presidente pode – ou melhor, deve – indeferir a constituição da comissão investigatória. Fora dessa hipótese, a recusa de constituir a comissão de inquérito representa manifesta ilegalidade e abuso de poder, que pode ser corrigido por via judicial. Um membro da Câmara ou um partido político com direito a representação na respectiva comissão de inquérito será, ao nosso ver, parte legítima para requerer o remédio judicial cabível, que é o mandado de segurança. Com maior razão, o mesmo direito cabe ao terço da Câmara que subscreveu o requerimento ou à maioria dos componentes do órgão legislativo. Em sua sentença, o juiz poderá considerar constituída a comissão de inquérito e mandar que se publique a decisão no órgão oficial da respectiva Câmara. (Do inquérito parlamentar, São Paulo: Editora FGV, 1964, p. 36/37) (Destaquei).

19. Como efeito, a recusa mencionada na lição reproduzida acima, se configura na medida em que o Presidente do Senado reitera a mesma conduta observada no MS 37760 - STF, deixando de realizar a leitura do requerimento da Impetrante e ao mesmo tempo concede entrevista à imprensa, ou seja, confirmando sua ciência e omissão quanto ao dever de considerar constituída a comissão de inquérito através da leitura de seu requerimento.

20. Ao assumir o comportamento omissivo aqui apontado, o Presidente do Senado Federal, além de atacar o dispositivo constitucional e os precedentes desta Suprema Corte sobre o tema, também impede o desempenho de uma das

¹ MS 37760/DF - STF

atividades mais relevantes para garantia da democracia e funcionamento dos demais poderes constitucionais, que é justamente exercida por meio de investigação e fiscalização dos demais poderes, cujo instrumento constitucional é a CPI.

21. Como se vê, a conduta **política** do Presidente do Senado violou e continua a violar a direito líquido e certo da Impetrante e de outros trinta e sete Senadores da República, eleitos nas mesmas condições que o Presidente do Senado, impedindo o exercício de atividade constitucional do Senado Federal (investigação), o que torna imprescindível a intervenção do judiciário, de modo a garantir seu regular funcionamento, garantindo-se, para tanto o direito de instalação de CPI assegurado pela Constituição Federal em seu art. 58, §3º.

22. Em outras palavras, de maneira paradoxal, a conduta omissiva do Presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco, revela verdadeira atuação política **antidemocrática, cabendo a esta Corte o exercício do papel contramajoritário de proteção dos direitos fundamentais das minorias parlamentares, como já ensinado pelo Professor Alemão Robert Alexy.**

23. Assim, em casos como o presente, a intervenção judicial é permitida na ocasião em que há **“POSSIBILIDADE DE CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS DE CARÁTER POLÍTICO, SEMPRE QUE SUSCITADA QUESTÃO DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL.”** (MS 26441, rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 25/04/2007, DJe-237 17-12-2009).

24. Portanto, como se vê, esta Suprema Corte já afastou a preliminar de matéria *interna corporis* quando se trata de tema que baliza o sistema constitucional, notadamente quando se trata de violação constitucional através de ato de caráter político.

25. Por fim, corrobora com a liquidez e a certeza a disposição regimental insculpida no art. 332 do RISF, que garante a continuidade de tramitação de requerimentos *“... de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de*

mandato ou que tenham sido reeleitos” (inciso II do art. 332), mesmo na hipótese de mudança de legislatura.²

26. No caso concreto, os trinta e oito subscritores do requerimento de instalação de CPI permanecem exercendo seu mandato de senador.

27. Nessas condições, demonstrada à sociedade a violação do direito líquido e certo da Impetrante e de outros trinta e sete senadores perpetrada pelo Senhor Presidente do Senado Federal, a intervenção do Poder Judiciário se revela indispensável para que seja garantido o exercício pleno do direito vindicado pela minoria parlamentar.

DA SEGURANÇA JURÍDICA - APLICAÇÃO DA TEORIA DOS PRECEDENTES

28. Exaurida a demonstração de violação de direito líquido e certo constitucional, mediante conduta antidemocrática encerrada na omissão do Presidente do Senado Federal, indispensável se faz invocar a aplicação de precedente desta excelsa Suprema Corte, com identidade de *ratio decidendi*, de formar a garantir a segurança jurídica do remédio pleiteado.

29. Sobre a teoria da segurança jurídica, Macêdo (2015, p. 125) preceitua:

“Segurança jurídica é norma contra arbitrariedades na construção do direito, dirigindo-se à razoabilidade e coerência dos processos jurislativos e aplicativos que busca garantir aos cidadãos uma porção indispensável de previsibilidade, estabilidade e cognoscibilidade.”

30. Como se sabe, a segurança jurídica é alcançada através da aplicação de precedentes em casos futuros, permitindo ao jurisdicionado a previsibilidade através da análise daqueles que guardam a mesma *ratio decidendi*.

31. No presente caso, o precedente estabilizado tido por *leading case*, que ora se invoca em prestígio à segurança jurídica e tratamento isonômico, é o

² Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, **exceto**:

...

II - as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos;

mandado de segurança nº 26.441, de relatoria do min. Celso de Mello, onde fora concedida a segurança para determina a instalação da denominada “CPI do Apagão Aéreo”. Eis a ementa:

MANDADO DE SEGURANÇA - QUESTÕES PRELIMINARES REJEITADAS - PRETENDIDA INCOGNOSCIBILIDADE DA AÇÃO MANDAMENTAL, PORQUE DE NATUREZA "INTERNA CORPORIS" O ATO IMPUGNADO - POSSIBILIDADE DE CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS DE CARÁTER POLÍTICO, SEMPRE QUE SUSCITADA QUESTÃO DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL - O MANDADO DE SEGURANÇA COMO PROCESSO DOCUMENTAL E A NOÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - CONFIGURAÇÃO, NA ESPÉCIE, DA LIQUIDEZ DOS FATOS SUBJACENTES À PRETENSÃO MANDAMENTAL - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DIREITO DE OPOSIÇÃO - PRERROGATIVA DAS MINORIAS PARLAMENTARES - EXPRESSÃO DO POSTULADO DEMOCRÁTICO - DIREITO IMPREGNADO DE ESTATURA CONSTITUCIONAL - INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR E COMPOSIÇÃO DA RESPECTIVA CPI - IMPOSSIBILIDADE DE A MAIORIA PARLAMENTAR FRUSTRAR, NO ÂMBITO DE QUALQUER DAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL, O EXERCÍCIO, PELAS MINORIAS LEGISLATIVAS, DO DIREITO CONSTITUCIONAL À INVESTIGAÇÃO PARLAMENTAR (CF, ART. 58, § 3º) - MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO. O ESTATUTO CONSTITUCIONAL DAS MINORIAS PARLAMENTARES: A PARTICIPAÇÃO ATIVA, NO CONGRESSO NACIONAL, DOS GRUPOS MINORITÁRIOS, A QUEM ASSISTE O DIREITO DE FISCALIZAR O EXERCÍCIO DO PODER. - Existe, no sistema político-jurídico brasileiro, um verdadeiro estatuto constitucional das minorias parlamentares, cujas prerrogativas - notadamente aquelas pertinentes ao direito de investigar - devem ser preservadas pelo Poder Judiciário, a quem incumbe proclamar o alto significado que assume, para o regime democrático, a essencialidade da proteção jurisdicional a ser dispensada ao direito de oposição, analisado na perspectiva da prática republicana das instituições parlamentares. - A norma inscrita no art. 58, § 3º, da Constituição da República destina-se a ensejar a participação ativa das minorias parlamentares no processo de investigação legislativa, sem que, para tanto, mostre-se necessária a concordância das agremiações que compõem a maioria parlamentar. - O direito de oposição, especialmente aquele reconhecido às minorias legislativas, para que não se transforme numa prerrogativa constitucional inconseqüente, há de ser aparelhado com instrumentos de atuação que viabilizem a sua prática efetiva e concreta no âmbito de cada uma das Casas do Congresso Nacional. - A maioria legislativa não pode frustrar o exercício, pelos grupos minoritários que atuam no Congresso Nacional, do direito público subjetivo que lhes é assegurado pelo art. 58, § 3º, da Constituição e que lhes confere a prerrogativa de ver efetivamente instaurada a investigação parlamentar, por período certo, sobre fato determinado. Precedentes: MS 24.847/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.. - A ofensa ao direito das minorias parlamentares constitui, em essência, um desrespeito ao direito do próprio povo, que também é

representado pelos grupos minoritários que atuam nas Casas do Congresso Nacional. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES À CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CF, ART. 58, § 3º): CLÁUSULA QUE AMPARA DIREITO DE CONTEÚDO EMINENTEMENTE CONTRA-MAJORITÁRIO. - A instauração de inquérito parlamentar, para viabilizar-se no âmbito das Casas legislativas, está vinculada, unicamente, à satisfação de três (03) exigências definidas, de modo taxativo, no texto da Lei Fundamental da República: (1) subscrição do requerimento de constituição da CPI por, no mínimo, 1/3 dos membros da Casa legislativa, (2) indicação de fato determinado a ser objeto da apuração legislativa e (3) temporariedade da comissão parlamentar de inquérito. Precedentes do Supremo Tribunal Federal: MS 24.831/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.. - O requisito constitucional concernente à observância de 1/3 (um terço), no mínimo, para criação de determinada CPI (CF, art. 58, § 3º), refere-se à subscrição do requerimento de instauração da investigação parlamentar, que traduz exigência a ser aferida no momento em que protocolado o pedido junto à Mesa da Casa legislativa, tanto que, "depois de sua apresentação à Mesa", consoante prescreve o próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 102, § 4º), não mais se revelará possível a retirada de qualquer assinatura. - Preenchidos os requisitos constitucionais (CF, art. 58, § 3º), impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que não depende, por isso mesmo, da vontade aquiescente da maioria legislativa. Atendidas tais exigências (CF, art. 58, § 3º), cumpre, ao Presidente da Casa legislativa, adotar os procedimentos subseqüentes e necessários à efetiva instalação da CPI, não se revestindo de legitimação constitucional o ato que busca submeter, ao Plenário da Casa legislativa, quer por intermédio de formulação de Questão de Ordem, quer mediante interposição de recurso ou utilização de qualquer outro meio regimental, a criação de qualquer comissão parlamentar de inquérito. - A prerrogativa institucional de investigar, deferida ao Parlamento (especialmente aos grupos minoritários que atuam no âmbito dos corpos legislativos), não pode ser comprometida pelo bloco majoritário existente no Congresso Nacional, que não dispõe de qualquer parcela de poder para deslocar, para o Plenário das Casas legislativas, a decisão final sobre a efetiva criação de determinada CPI, sob pena de frustrar e nulificar, de modo inaceitável e arbitrário, o exercício, pelo Legislativo (e pelas minorias que o integram), do poder constitucional de fiscalizar e de investigar o comportamento dos órgãos, agentes e instituições do Estado, notadamente daqueles que se estruturam na esfera orgânica do Poder Executivo. - A rejeição de ato de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, ainda que por expressiva votação majoritária, proferida em sede de recurso interposto por Líder de partido político que compõe a maioria congressual, não tem o condão de justificar a frustração do direito de investigar que a própria Constituição da República outorga às minorias que atuam nas Casas do Congresso Nacional.

(MS 26441, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 25/04/2007, DJe-237 DIVULG 17-12-2009 PUBLIC 18-12-2009 EMENT VOL-02387-03 PP-00294 RTJ VOL-00223-01 PP-00301)

32. Embora já destacado linhas acima, necessária a reiteração dos trechos abaixo, a fim de demonstrar a similitude fática na razão de decidir que concedeu a segurança ao mesmo direito que se busca tutela nesta oportunidade. Vejamos:

“[...] Preenchidos os requisitos constitucionais (CF, art. 58, § 3º), impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que não depende, por isso mesmo, da vontade aquiescente da maioria legislativa. Atendidas tais exigências (CF, art. 58, § 3º), cumpre, ao Presidente da Casa legislativa, adotar os procedimentos subseqüentes e necessários à efetiva instalação da CPI, não se revestindo de legitimação constitucional o ato que busca submeter, ao Plenário da Casa legislativa, quer por intermédio de formulação de Questão de Ordem, quer mediante interposição de recurso ou utilização de qualquer outro meio regimental, a criação de qualquer comissão parlamentar de inquérito”.

33. Como se vê, o precedente invocado tratou exatamente do mesmo direito tido por violado pela Impetrante, garantindo-se a tutela reivindicada para assegurar seu direito mediante constatação exclusiva do cumprimento das disposições constitucionais estampadas no art. 58, § 3º.

34. Sem maiores delongas, visto que o tema já se encontra pacificado por este Supremo Tribunal Federal, invocamos, por fim, o mais recente precedente sobre o tema, enfrentado no mandado de segurança nº 37.760/DF, de relatoria do eminente min. Roberto Barroso, que confirmou o precedente anteriormente invocado, vejamos:

“MS 37760
Processo Eletrônico Público
Número Único: 0049572-98.2021.1.00.0000
MANDADO DE SEGURANÇA
Origem: DF - DISTRITO FEDERAL
Relator: MIN. ROBERTO BARROSO
IMPTE.(S)
ALESSANDRO VIEIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)
FERNANDO ANTONIO JAMBO MUNIZ FALCAO (5589/AL) E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES)

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: Direito Constitucional. Mandado de Segurança. Medida cautelar. Instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito. Direito das minorias políticas. Atos do Governo Federal para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

1. Mandado de segurança impetrado por senadores da República com o objetivo de que seja determinada a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados”. O requerimento de CPI foi subscrito por 30 (trinta) membros do Senado Federal.

2. A criação de comissões parlamentares de inquérito é prerrogativa político-jurídica das minorias parlamentares, a quem a Constituição assegura os instrumentos necessários ao exercício do direito de oposição e à fiscalização dos poderes constituídos, como decorrência da cláusula do Estado Democrático de Direito.

3. De acordo com consistente linha de precedentes do STF, a instauração do inquérito parlamentar depende, unicamente, do preenchimento dos três requisitos previstos no art. 58, § 3º, da Constituição: (i) o requerimento de um terço dos membros das casas legislativas; (ii) a indicação de fato determinado a ser apurado; e (iii) a definição de prazo certo para sua duração. Atendidas as exigências constitucionais, impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja instalação não pode ser obstada pela vontade da maioria parlamentar ou dos órgãos diretivos das casas legislativas. Precedentes: MS 24.831 e 24.849, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 22.06.2005; ADI 3.619, Rel. Min. Eros Grau, j. em 01.08.2006; MS 26.441, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 25.04.2007.

4. As razões apresentadas pela ilustre autoridade coatora, embora tenham merecido atenta consideração, seguem uma lógica estritamente política que, no caso em exame, não pode prevalecer. Trata-se, no particular, de matéria disposta vinculativamente pela Constituição, sem margem para o exercício de valoração discricionária.

5. Perigo na demora decorrente da urgência na apuração de fatos que podem ter agravado a pior crise sanitária dos últimos tempos, e que se encontra, atualmente, em seu pior momento.

6. Medida liminar referendada, para determinar a adoção das providências necessárias à criação e instalação de comissão parlamentar de inquérito, na forma do Requerimento SF/21139.59425-24.

(MS 37760 MC-Ref, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 14/04/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-158 DIVULG 06-08-2021 PUBLIC 09-08-2021). (Destaquei).

35. Embora a ementa demonstre por si só o debate de tese única, peço licença para cotejar o voto condutor, antecipado pelo excelentíssimo Relator min. Roberto Barroso, para demonstrar a fundo a semelhança com o presente caso. Nesse sentido, extrai-se o seguinte do referido voto (pág. 4 do anexo):

Os fatos trazidos pelos autores da ação são os seguintes:

Decorridos quase dois meses desde a apresentação do requerimento e cerca de 40 dias desde a eleição e posse do atual presidente do Senado, não houve a adoção de nenhuma medida para a instalação da CPI, nem mesmo a leitura do requerimento em Plenário.

Informam ainda os impetrantes que a autoridade apontada como coatora vem manifestando publicamente resistência pessoal à instalação da comissão.

E apresentam, do ponto de vista jurídico, a favor do seu pedido, os seguintes argumentos: os elementos necessários à criação e efetiva instalação das CPIs são exclusivamente aqueles do art. 58, § 3º, e, conseqüentemente, estando presentes, têm o direito líquido certo, o direito subjetivo à instalação. E aqui procuram demonstrar que as CPIs são, na verdade, direito constitucional das minorias parlamentares que não pode ser obstado pelo presidente.

Presidente, fiz um levantamento rápido para não me alongar, e citarei apenas uma breve passagem, a doutrina nacional é unânime quanto ao fato de que bastam os requisitos do art. 58, § 3º. Cito, portanto, Nelson de Souza Sampaio; o saudoso professor, de Minas, José Alfredo de Oliveira Baracho, conterrâneo da Ministra Cármen Lúcia; o professor André Ramos Tavares e, entre os que têm assento nesta Corte, os eminentes Colegas Ministro Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes.

36. Como se vê, os fatos narrados pelos impetrantes do MS paradigma são idênticos ao presente caso, na medida em que alegam, em síntese, o seguinte:

- 1) Mesmo com o número mínimo de assinaturas preenchido, não houve a adoção de nenhuma medida para a instalação da CPI, nem mesmo a leitura do requerimento em Plenário;
- 2) A autoridade apontada como coatora vem manifestando publicamente resistência pessoal à instalação da comissão;
- 3) Apresentam, do ponto de vista jurídico, a favor do seu pedido, os seguintes argumentos: os elementos necessários à criação e efetiva instalação das CPIs são exclusivamente aqueles do art. 58, § 3º, e,

consequentemente, estando presentes, têm o direito líquido certo, o direito subjetivo à instalação

37. Por fim, imperioso destacar os seguintes recortes extraídos das páginas 5, 9 e 10 do mesmo voto, quanto ao mérito (pág. 5 e 9 do anexo) e voto (pág. 10 do anexo):

Pág. 5

A conclusão, portanto, é de que basta a presença dos requisitos do art. 58, § 3º. Essa é a posição consensual da doutrina constitucional brasileira. Nada há de criativo, original ou inusitado na decisão liminar que concedi à luz da doutrina vigente no Brasil.

Quanto à jurisprudência, o tema aqui debatido já foi objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal em diversas ocasiões, inclusive com a participação de componentes atuais do nosso Plenário. Todas as decisões foram no mesmo sentido. É consolidado o entendimento do Tribunal de que a instauração de inquérito parlamentar depende unicamente do preenchimento dos três requisitos previstos no art. 58, § 3º, da Constituição: (i) o requerimento de um terço dos membros das casas legislativas; (ii) a indicação de fato determinado a ser apurado; e (iii) a definição de prazo certo para sua duração.

Isso significa dizer que a instalação de uma CPI não se submete a um juízo discricionário seja do presidente da casa legislativa, seja do plenário da própria casa legislativa. Não pode o órgão diretivo ou a maioria parlamentar se opor a tal requerimento por questões de conveniência ou de oportunidade políticas. Atendidas as exigências constitucionais, impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu listo, na minha decisão, o elenco de julgados do Supremo Tribunal Federal, afirmando precisamente esse ponto.

Pág. 9

Nem o Plenário nem os órgãos dirigentes das Casas Legislativas têm o poder de impedir a instalação das CPIs, justamente porque elas não podem depender da vontade das maiorias políticas.

São três os requisitos para que se configure o direito líquido e certo das minorias parlamentares a uma instalação de CPI: (i) requerimento de um terço dos membros da casa legislativa; (ii) indicação de um fato determinado a ser apurado; e (iii) prazo certo de funcionamento. Doutrina e jurisprudência são pacíficas quanto a isso. Todos esses requisitos estão presentes aqui. Não havia alternativa para o Supremo Tribunal Federal senão deferir o pedido, porque isso é o que determina a Constituição Federal.

Diante do exposto, voto pela ratificação da decisão que deferiu o pedido liminar para determinar ao Presidente do Senado Federal a adoção das providências necessárias à criação e instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, na forma do requerimento.

O procedimento a ser seguido pela CPI deverá ser definido pelo próprio Senado Federal, de acordo com as regras que vem adotando para funcionamento dos trabalhos durante a pandemia. Não cabe, portanto, ao Senado Federal definir se vai instalar, ou quando vai funcionar, mas, sim, como vai proceder. E, portanto, caberá ao Senado Federal decidir se por vídeo conferência, de modo presencial ou de modo semipresencial.

38. Os trechos em destaque evidenciam a inegável semelhança com o presente caso.

39. Portanto, o que se requer é que seja garantido à Impetrante o mesmo tratamento jurídico que tutelou o direito dos impetrantes em ambos os mandados de segurança citados, notadamente para que o Impetrado seja compelido a instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito requerida pela Impetrante e subscrita por mais outros trinta e sete senadores.

PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR

40. Ultrapassadas as questões de mérito, importante ressaltar que, no caso em apreço, com fulcro no artigo 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, é necessária a concessão do pleito liminar para que seja determinada a instalação da CPI, de modo a garantir a eficácia da investigação pretendida pelos signatários e corrigir a violação constitucional e precedentes, detalhados acima.

41. Com efeito, o *fumus boni iuris* é de fácil constatação no presente caso, na medida em que ficou demonstrada e comprovada transgressões de ordem constitucional, em razão da inobservância do preenchimento dos requisitos estampado no art. 58, § 3º da Carta Maior.

42. A orientação jurisprudencial desta Corte Constitucional prevê a *“possibilidade de controle jurisdicional dos atos de caráter político, sempre que suscitada questão de índole constitucional.”* (MS 26441, rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 25/04/2007, DJe-237 17-12-2009), justamente o que ocorre no presente caso.

43. Por fim, a fundamentação consignada no MS 37760/DF foi de que *“de acordo com consistente linha de precedentes do STF, a instauração do inquérito parlamentar depende, unicamente, do preenchimento dos três requisitos previstos no art. 58, § 3º, da Constituição: (i) o requerimento de um terço dos membros das casas legislativas; (ii) a indicação de fato determinado a ser apurado; e (iii) a definição de prazo certo para sua duração. Atendidas as exigências constitucionais, impõe-se a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja instalação não pode ser obstada pela vontade da maioria parlamentar ou dos órgãos diretivos das casas legislativas. Precedentes: MS 24.831 e 24.849, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 22.06.2005; ADI 3.619, Rel. Min. Eros Grau, j. em 01.08.2006; MS 26.441, Rel. Min. Celso de Mello, j. em 25.04.2007.*

44. Verificam-se tais requisitos na medida em que: (i) subscrito pelo total de trinta e oito senadores; (ii) tem como objeto principal de apuração a responsabilidade pelos atos antidemocráticos praticados no dia 08 de janeiro de 2023, por grupo de pessoas que invadiu e depredou os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto; e (iii) com previsão de prazo de cento e trinta dias.

45. Nessas condições, resta demonstrada a existência da *fumus boni iuris*, necessária para concessão da liminar ora pleiteada.

46. O *periculum in mora*, por sua vez, é evidente e notório, uma vez que a postergação promovida pelo Presidente do Senado Federal dificulta a colheita de provas que se tornam cada dia mais difícil ou impossível, tais como colheita de filmagens de vídeo monitoramento, oitiva de testemunhas idosas, perícias, dentre outros, sob grave risco de imediato perecimento das provas.

47. Ademais, a urgência para a concessão da liminar encontra-se presente, na medida em que a violação do direito constitucional está sendo promovida por uma única pessoa, no caso, o Presidente do Senado (ainda que politicamente tenha seus motivos para agradar os demais quarenta e três senadores), em desfavor de outros trinta e oito senadores, tratando-se, repita-se, de verdadeiro ato antidemocrático.

48. Portanto, preenchidos todos os requisitos legais, é de rigor a concessão da medida liminar pleiteada, em homenagem ao princípio da isonomia e da própria democracia que se fará respeitada, sob pena de vilipendiar direitos constitucionais e quebra da segurança jurídica estabilizada nos diversos precedentes desta Suprema Corte sobre o tema.

49. Nessas condições, reque seja o Presidente do Senado Federal compelido a tomar as providências necessárias a efetiva instalação da CPI requerida pela Impetrante registrada sob o nº SF/23054.87654-43 e subscrita por outros trinta e sete Senadores da República.

DOS PEDIDOS

a) Diante de todo o exposto, requer-se:

a.1) a concessão de medida liminar, nos termos do artigo 7º, inciso III da Lei de nº 12.016/09, por decisão monocrática, antes mesmo da intimação dos interessados, a ser oportunamente referendada pelo Plenário, determinando-se ao Presidente do Senado Federal que promova a leitura do requerimento de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito registrada sob o nº SF/23054.87654-43, bem como os demais atos para que seja efetivamente instalada a CPI pretendida, sob pena de manutenção da inconstitucionalidade em face do direito subjetivo das minorias parlamentares e o iminente risco de perda de provas pelo decurso do tempo (MS 37760/DF);

a.2) a notificação da autoridade coatora;

a.3) seja dada ciência à Advocacia-Geral da União e à Advocacia do Senado Federal, para, querendo, ingressarem no feito, como prevê o inciso II do art. 7º da Lei nº. 12.016/09;

a.4) a concessão em definitivo da segurança, com a procedência total do pedido, confirmando-se a medida liminar a seu tempo deferida, determinando-se a instalação definitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito registrada sob o nº SF/23054.87654-43.

b) Por fim, requer-se o deferimento de todas as provas admitidas em direito, com o fim de demonstrar a procedência dos pedidos formulados.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 100,00 (cem reais) para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Brasília, DF, 16 de fevereiro de 2023.

Rander Milton Walcher Ramos
OAB/ES 32.343

Fernando Carlos Dilen da Silva
OAB/ES 10.585